

ENTRE A MOBILIZAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO: o que revela a produção científica recente sobre o movimento estudantil no Brasil (2020–2025)

TEREZA TALYTA CARVALHO DE MOURA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
tereza_talyta@hotmail.com

Dr^a CINTHIA REGINA NUNES REIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
e-mail dos autores/autoras

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O movimento estudantil ocupa lugar histórico na construção e defesa do direito à educação no Brasil, constituindo-se como sujeito coletivo relevante nas lutas por democratização do acesso, permanência e qualidade da educação pública. Conforme analisa Maria da Glória Gohn (2014), os movimentos sociais desempenham papel fundamental na ampliação de direitos e na construção de formas de participação política, especialmente em contextos de disputa por políticas públicas. Nesse sentido, o movimento estudantil apresenta-se como ator estratégico no campo educacional.

Sua atuação tem é marcada pela participação em mobilizações de incidência política, notadamente influenciando debates e formulações no campo das políticas educacionais. Nessa perspectiva, a educação é compreendida como prática social e política, como bem enfatizava Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1986), sendo atravessada por relações de poder e disputas por projetos de sociedade.

Nas últimas décadas, entretanto, observam-se transformações nas formas de organização e atuação dos movimentos estudantis, atravessadas por mudanças no cenário político, pela ampliação das tecnologias digitais e por reconfigurações institucionais. Tais transformações suscitam a necessidade de compreender como a produção científica recente tem analisado esse fenômeno, especialmente no que se refere ao papel do movimento estudantil como ator político na concretização dos espaços democráticos na educação.



Nesse contexto, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais são as principais abordagens, tendências teóricas e lacunas presentes na produção científica recente sobre o movimento estudantil no Brasil, e em que medida essa produção evidencia seu papel como ator político na democratização da educação e na construção de políticas públicas educacionais?

O objetivo geral consiste em analisar o estado da arte da produção científica brasileira sobre o movimento estudantil, a partir de artigos publicados entre 2020 e 2025 no Portal de Periódicos da CAPES, identificando abordagens teóricas, tendências analíticas e lacunas.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, orientada pelo método de estado da arte. O levantamento foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, considerando o recorte temporal de 2020 a 2025. Para a busca, foram utilizados os descritores ‘movimento estudantil’ e ‘movimento estudantil AND Brasil’, com aplicação de filtros para artigos revisados por pares e produção nacional.

A partir desses critérios, foram identificados 60 artigos científicos, que constituíram o corpus da análise. Os estudos foram organizados em planilha, contemplando informações como ano de publicação, abordagem teórica, metodologia, recorte empírico e principais resultados. A análise foi conduzida por meio de leitura analítica e categorização temática.

Os resultados evidenciam predominância de abordagens qualitativas, com destaque para estudos de caso, análises históricas e pesquisas documentais. No conjunto dos artigos analisados, observa-se recorrência de categorias como participação política, mobilização social e democratização da educação, indicando o reconhecimento do movimento estudantil como ator político relevante.

A análise, ainda em andamento, permite identificar tendências preliminares de que o movimento estudantil é comumente analisado como agente inserido em um campo de disputas simbólicas e políticas, no qual diferentes atores disputam legitimidade e poder no interior do campo educacional. Nesse sentido, as análises evidenciam que a



atuação estudantil não se dá de forma isolada, mas articulada a dinâmicas institucionais e relações de poder mais amplas.

Verifica-se, entretanto, que parte significativa da produção concentra-se em momentos de maior efervescência política, como mobilizações em defesa da educação pública, contextos de cortes orçamentários e reformas educacionais. Também se observa a permanência de análises centradas em formas institucionalizadas de organização estudantil.

Por outro lado, o corpus analisado revela lacunas importantes, especialmente no que se refere às formas contemporâneas de mobilização mediadas por tecnologias digitais. Tal aspecto sugere a necessidade de compreender novas formas de participação juvenil, que extrapolam os espaços tradicionais de representação.

Além disso, são pouco exploradas as articulações entre movimento estudantil e políticas de permanência e assistência estudantil, particularmente no âmbito da educação profissional e tecnológica. Também são limitadas as abordagens que consideram dimensões de raça, gênero e território.

CONCLUSÕES

A análise em andamento dos 60 artigos evidencia que o movimento estudantil permanece sendo reconhecido como ator relevante na democratização da educação e na defesa de direitos educacionais. Contudo, a produção científica recente ainda apresenta limites na compreensão de suas transformações contemporâneas.

As lacunas identificadas apontam para a necessidade de ampliação de estudos que considerem diversidade regional, abordagens interseccionais e novas dinâmicas de participação juvenil. Tais dimensões são fundamentais para o aprofundamento do debate sobre as condições de acesso e permanência na educação pública.

O estudo contribui para o campo das políticas educacionais ao sistematizar a produção recente sobre o movimento estudantil, evidenciando tendências e lacunas. Ao dialogar com referenciais teóricos críticos, reforça-se a compreensão do movimento estudantil como ator político fundamental na construção de uma educação democrática.



REFERÊNCIAS

- AMARO, R. D. E. A. Concepções de gestão escolar democrática: estudo fenomenográfico. *Educação em Revista (SciELO)*, Belo Horizonte, v. 40, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/gQYj3YNdMsdYRXv6WGygzNj/>. Acesso em: 2025.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOUTIN, . A. C. B. D.; FLACH, S. de F. Relação de forças entre as orientações da Unesco e as demandas estudantis na Lei nº 13.415/2017 . *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 17, p. 1–19, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19945.028. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19945>. Acesso em: 5 abr. 2026.
- BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e; DAL PRÁ, Keli Regina. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DELIMITAÇÕES HISTÓRICAS E O NOVO QUADRO NA CONJUNTURA BRASILEIRA. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 5–20, 2021. DOI: 10.52641/cadcaj.v6i3.489. Disponível em: <https://old.cadernoscajuina.pro.br/index.php/cadcajuina/article/view/489>. Acesso em: 5 abr. 2026.
- BRITO, E. T. de. O conteúdo do discurso de protagonismo juvenil nos documentos que regulam o “novo” ensino médio. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2022/DISSETA%C3%87%C3%83O%20Eloar%20Teixeira%20de%20Brito.pdf>. Acesso em: 2025.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/introducao-a-pesquisa-qualitativa-uwe-flick-3-ediao-pdf-free.html>. Acesso em: 2025.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e redes de mobilização civil no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2014.



LOVATTO, G. S.; SOUZA, M. da S. Reorganização do Movimento Estudantil: O Movimento Estudantil no CEFD/UFSM. *Kinesis*, [S. l.], 2020. DOI: 10.5902/2316546448178. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/48178>. Acesso em: 5 abr. 2026.

MÜLLER, Angelica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1–21, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168586. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/168586>. Acesso em: 01 abr. 2026.

NASCIMENTO, Juliana Marques do. “Universidade em crise”: considerações sobre o movimento estudantil paulistano no pós-golpe civil-militar (1964-1967). *Revista de História*, São Paulo, n. 182, p. 1–37, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2023.195249. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/195249>. Acesso em: 5 abr. 2026.

RIBEIRO SALES, Ana Carolyn; ALVES SANTOS, Silmere. RESISTÊNCIA E Descaminhos Do Movimento Estudantil Latino-Americano: Uma Análise Sobre O Brasil, Chile E Colômbia. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 103–123, 2022. DOI: 10.46551/rssp.202223. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/5111>.

Acesso em: 6 abr. 2026.

SILVA, F. S. M. da. Sentidos de protagonismo juvenil no novo ensino médio. *Revista Práxis Educacional*, Porto Velho, v. 19, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/download/7638/1097>. Acesso em: 2025.

SILVA, Laura de Castro; GERVASONI, Tássia Aparecida; DIAS, Felipe da Veiga. Movimento estudantil na era digital e a morte do ator social. *Revista Húmus*, v.13,n.40,1Dez2023Disponívelem:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/24605>.

Acesso em: 6 abr 2026.

